

HABEAS CORPUS Nº 502.186 - SP (2019/0093875-8)

RELATOR : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : MARIA CECÍLIA REMOLI DE SOUZA LOPES - SP108711
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : WILLIAN JEAN DE SOUZA CARNEIRO (PRESO)

EMENTA

HABEAS CORPUS. PROGRESSÃO DE REGIME. CASSAÇÃO DO BENEFÍCIO. EXIGIDO O EXAME CRIMINOLÓGICO EM FUNÇÃO DA GRAVIDADE ABSTRATA DOS CRIMES E DA LONGEVIDADE DA PENA. MOTIVAÇÃO INIDÔNEA. MANIFESTA ILEGALIDADE. Ordem concedida liminarmente.

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* ajuizado em benefício de **Willian Jean de Souza Carneiro** (Execução Provisória n. 0026234-37.2016.8.26.0041), em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo (Agravado de Execução Penal n. 0011966-52.2018.8.26.0026).

Narra-se que o Juízo de origem deferiu ao paciente a progressão ao regime semiaberto. Irresignado, o Ministério Público recorreu, tendo o Tribunal estadual cassado a decisão impugnada e determinado a realização de exame criminológico.

Daí o presente *writ*, em que se postula o imediato restabelecimento da decisão proferida em primeiro grau, sob o argumento, em suma, de que, *em observância ao princípio da legalidade, cumpridos os requisitos legais, não há como se considerar a gravidade dos delitos praticados e a longa pena a cumprir como óbice à progressão de regime* (fl. 5).

É o relatório.

Da análise dos autos, verifico a existência de nítido constrangimento ilegal a ser sanado, o que autoriza a concessão da ordem *in limine*.

Eis o que disse a Corte local para cassar o benefício anteriormente deferido e

determinar a submissão do ora paciente a exame criminológico (fls. 103/104 – grifo nosso):

[...]

O agravante se encontra condenado a 16 (dezesseis) anos de reclusão. Iniciou a reprimenda aos 04/03/2012, com término previsto para 04/03/2028.

Não registra falta disciplinar, possui bom comportamento carcerário, e preencheu lapso temporal para a progressão de regime.

Requer o representante do Ministério Público, a realização do exame criminológico, pois se trata de crime de homicídio qualificado.

O caso exige extrema cautela, recomendando uma análise mais profunda das condições pessoais do condenado.

Não se está aqui sendo considerado o fato criminoso já julgado na mensuração da periculosidade.

Na verdade, **aquele que desconta pena por delito grave, cometido com violência e grave ameaça, deve ser mais bem avaliado, verificando-se sua aptidão para retornar ao convívio social.**

Com muita propriedade, o saudoso Prof. JÚLIO FABBRINI MIRABETE, em sua obra intitulada EXECUÇÃO PENAL, nos ensina que: “Assim, ainda que não seja obrigatório o exame criminológico, diante da insuficiência dos elementos constantes dos autos, o juiz, de ofício ou acolhendo requerimento do Ministério Público ou da defesa, pode determinar a realização do exame criminológico ou exames periciais específicos que se mostrem necessários para a aferição do mérito e para a decisão sobre a progressão de regime”. (Atlas, 12ª edição, 2014, pág. 464).

Esta Turma Julgadora tem o entendimento de que sentenciados que possuem longas penas, em razão de prática de crimes graves, devem ser submetidos ao exame para verificação das condições subjetivas (Súmula nº 439 do STJ).

Assim, com razão o inconformismo ministerial.

Diante do exposto, pelo meu voto, dá-se provimento ao agravo em execução para cassar a r. decisão, determinar a realização de exame criminológico, antes do pronunciamento judicial sobre a progressão de regime, devendo o reeducando aguardar a referida providência no regime fechado. Comunique-se imediatamente ao Juízo das Execuções Criminais, competente, para as providências que julgar necessárias.

Como se vê, o Tribunal *a quo* motivou a exigência do exame pericial tão somente na gravidade dos crimes e na longevidade da pena.

Ocorre que, segundo a nossa jurisprudência, tal fundamentação não é suficiente. A longa pena a cumprir e a gravidade abstrata do delito praticado não constituem motivos idôneos para obstar o deferimento da progressão de regime.

A propósito: AgRg no HC n. 301.837/SP, da minha relatoria, Sexta Turma, DJe 15/12/2017; e AgRg no HC n. 467.980/SP, Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta

Turma, DJe 14/11/2018.

À vista do exposto, **concedo liminarmente** a ordem para cassar o acórdão hostilizado e restabelecer a decisão do Juízo da Execução que deferiu a progressão ao regime semiaberto ao ora paciente.

Intime-se o Ministério Público estadual desta decisão.

Publique-se.

Brasília, 03 de abril de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior
Relator

